

DESAFIOS À ESTGLamego E AO SISTEMA BINÁRIO¹

JORGE CARVALHO ARROTEIA¹

¹ Professor Catedrático Jubilado da Universidade de Aveiro – Portugal. (e-mail: arroteia@ua.pt)

I. A análise da evolução recente do subsistema de ensino superior em Portugal realça um conjunto de mudanças decorrentes do processo de consolidação da rede do ensino universitário e do ensino politécnico bem como da aplicação das orientações de política educativa e investigação no espaço da União Europeia (UE). Destas, sobressai a aplicação do Processo de Bolonha com as alterações que o mesmo veio a introduzir no “sistema binário” de ensino superior português, traduzindo-se numa estruturação dos cursos e dos modelos de ensino, na construção de redes de investigação nacionais e estrangeiras, na internacionalização das instituições, na equiparação de ciclos de estudos e no incremento da mobilidade académica e profissional.

Recorda-se que o “Processo de Bolonha”, iniciado em 1998 através da Declaração da Sorbonne, e o seu lançamento na cidade de Bolonha, em Junho de 1999, foi subscrito pelos ministros da educação de diferentes países do velho continente e estabeleceu as bases para a criação do Espaço Europeu de Ensino Superior, harmonizado e articulado, com vista à promoção da empregabilidade e mobilidade dos recursos humanos no espaço dos países da U. E. Este compromisso foi sendo melhorado em sucessivas reuniões: Praga (2001), Berlim (2003) e Bergen (2005), as quais deram seguimento à agenda política delineada na cimeira de chefes de Governo dos países da U.E. realizada no nosso país - conhecida por “Estratégia de Lisboa” - e ao compromisso de tornar a Europa, sede da “economia de conhecimento mais competitiva e mais dinâmica do mundo, antes de 2010, capaz de um crescimento económico duradouro acompanhado por uma melhoria quantitativa e qualitativa do emprego e uma maior coesão social”.

Deste processo fazem parte a alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo – L.B.S.E., (Lei nº 49/2005), e a publicação do Regime Jurídico dos Graus e Diplomas do Ensino Superior - Decreto-Lei nº 74/2006 -, o qual consagra um modelo de formação do ensino assente em três ciclos de formação (I, II e III ciclos), a adoção do sistema europeu de

¹ Este texto corresponde ao discurso pronunciado, como *Oração de Sapiência*, na sessão solene de abertura do ano letivo 2013/2014 da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego (ESTGL), que decorreu no dia 21 de novembro de 2013 no Salão Nobre da Câmara Municipal de Lamego; Simultaneamente esta cerimónia assinalou também a comemoração do 13º aniversário da ESTGL.

créditos (ECTS – *European Credit Transfer and Accumulation System*), a diferenciação da formação no sistema binário (Universitário e Politécnico) e o estabelecimento das normas a seguir em relação à transição e ao seu desenvolvimento.

Após a adequação dos cursos ao novo formato de Bolonha e a sua entrada em funcionamento, procedeu-se ao ajustamento do sistema às novas exigências definidas pelos países signatários no domínio das exigências e compatibilidade de formação. Para tanto seguiu-se a publicação de nova legislação relativa à avaliação da qualidade – Regime Jurídico da Avaliação da Qualidade do Ensino Superior (Lei nº 38/2007); ao Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior – RJIES (Lei nº 62/2007) e à criação da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior - A3ES (Decreto-Lei nº 369/2007). Outras medidas assinalam a evolução da política educativa relativa ao ensino superior na década passada. Destacamos as que estabelecem as condições de acesso ao Ensino Superior (E.S.) a maiores de 23 anos (Decreto-Lei nº 64/2006) e a que cria os Cursos de Especialização Tecnológica – CET's (Decreto-Lei nº 88/2006).

No seguimento das regras estabelecidas pelo RJIES, que permitiu às Universidades públicas solicitarem a alteração do seu regime jurídico através da adoção do regime fundacional, em 2009 a Universidade de Aveiro, a Universidade do Porto e o ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – solicitaram a adoção do regime fundacional. O conjunto destas decisões foi previamente antecedido da execução de um vasto Programa de Avaliação institucional, promovido pelo Governo em 2006, (realizado pela OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico – e com apoio da ENQA – European Association for Quality Assurance in Higher Education – e da EUA – Association of European Institutions of Higher Education), do qual resulta a avaliação externa das instituições públicas de ensino superior e a sua articulação com os programas de avaliação da investigação promovidos pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Destas medidas têm resultado a melhoria da participação das instituições de ensino superior em diferentes projetos e atividades de âmbito nacional e internacional, conduzindo à "internacionalização" e "globalização" do saber e a uma participação acrescida das instituições e dos centros de investigação nacionais em redes internacionais.

No que a Portugal diz respeito, estas situações culminam com um processo caracterizado pelo aumento da procura social da educação, sobretudo nos ciclos terminais do ensino pós-obrigatório e no ensino superior, o qual beneficiou da democratização do ensino, do alargamento do período de escolaridade e da diversificação das vias de formação orientadas para o prosseguimento de estudos ou para a preparação para a vida ativa. Estas as condições que geraram um "efeito de onda" no ensino secundário e alimentaram as inscrições e matrículas no ensino superior. Acrescem ainda as perspetivas de mobilidade social sugeridas por uma graduação de natureza académica, embora contrariada pelas dificuldades de emprego num tecido social e produtivo marcado por unidades de pequena e

média dimensão, pela inovação tecnológica, globalização dos mercados, desadequação crescente das qualificações ao mercado de trabalho e falta de admissão imediata dos licenciados no mercado de trabalho, fenómeno que afeta indistintamente algumas sociedades ocidentais.

Para além destas condições, outras razões, sobretudo de natureza demográfica, têm justificado as mudanças em curso no subsistema de ensino superior registadas nos países da União Europeia. O envelhecimento da sua população (no topo e sobretudo na base pelo défice de nascimentos) tem vindo a comprometer o crescimento deste subsistema de ensino, orientando por isso a uma procura acrescida de novos públicos através de programas de formação ao longo da vida e da maior oferta de formação a alunos com formação e experiência diferenciada.

Em tempo de mutações profundas do sistema de ensino e da nossa sociedade, as propostas universais para ultrapassar as muitas dificuldades que registam os sistemas educativos implicam o aumento da qualidade do ensino, a sua regulação, sobretudo através da acreditação e avaliação, o diálogo institucional e a participação acrescida dos parceiros sociais e regionais onde os estabelecimentos da rede se inserem através do conhecimento aprofundado da realidade social, demográfica e educacional envolvente. Mais ainda, exigem o conhecimento do meio e da sua evolução no tempo.

Contudo, dadas as características que hoje identificam a sociedade de informação, as instituições de natureza universitária e politécnica, isoladamente e em rede, têm de estar atentas à mudança e à inovação pedagógica e organizacional, à partilha de responsabilidades com os diferentes clientes do sistema escolar. Tal implica estar atento às necessidades e ao perfil dos recursos humanos, ao partenariado entre diferentes entidades, às responsabilidades do estado e da sociedade civil, às expectativas da sua população.

No seu conjunto estas tarefas coletivas:

- reforçam os processos de democratização e da própria sociedade, possíveis de estabelecer através de modelos de gestão participada, abertos à diversidade de públicos e às características das comunidades;
- promovem a afirmação de processos de inclusão social e académica da população estudantil;
- permitem o alargamento progressivo da “esperança de vida” escolar dos alunos em cursos de formação inicial e pós-graduada;
- fortalecem a promoção de iniciativas capazes de afirmarem uma consciência crítica, coletiva e apta a refletir sobre os problemas do futuro do país e da sociedade.

As considerações anteriores são particularmente aplicáveis a contextos demográficos e sociais como o nosso, em que as mudanças acima referidas se desenvolvem em ritmo acelerado, repercutindo-se nos diversos aspectos e ‘domínios de profundidade’ da nossa sociedade. Ilustra-o a situação portuguesa, a qual, de ‘reserva demográfica’ do sul da

Europa, como era ainda nos anos sessenta do século passado, passou a funcionar como uma ‘plataforma giratória’ e de acolhimento para um grande número de cidadãos estrangeiros que se têm vindo a acolher em Portugal e na Europa. Tal facto decorre da quebra acentuada da fertilidade da mulher ou da sua progressiva emancipação, responsável pelo declínio da fecundidade e da natalidade; da mobilidade geográfica (interna e internacional) da população; da diferenciação progressiva do nosso ‘mosaico demográfico’; das oportunidades de emprego criadas na vizinha Europa; das condições de acolhimento à população estrangeira.

Estes alguns dos desafios que hoje se colocam ao subsistema de ensino superior e às suas organizações académicas.

II. Refletir sobre os fenómenos da democratização da educação e, por esta via, a consolidação dos mecanismos de desenvolvimento, não é tarefa fácil. Ultrapassado o período em que a escola se orientou, preferencialmente, para a formação de elites, as preocupações expressas por diferentes organismos internacionais (ONU – Organização das Nações Unidas – OCDE e UE) têm procurado promover a democratização da educação ou seja, garantir a todos os cidadãos o “*direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar*” (art.º 74 da Constituição da República Portuguesa – CRP). Estes princípios são reforçados no texto da LBSE (art.º 1) que define o sistema educativo como o “*conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente acção formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade*”.

Tendo presente a situação registada entre nós nas últimas décadas, verifica-se que a expansão da rede do ensino superior (universitário e politécnico) ficou marcada, a partir dos anos oitenta, pela criação de novas instituições de ensino e investigação, sediadas nos centros urbanos, em especial nas capitais de distrito, e através de outras escolas em cidades de maior dimensão. Daí que o alargamento desta rede tenha vindo a contribuir para alterar a situação anterior dominada por taxas elevadas de analfabetismo, incumprimento de estudos a nível do ensino obrigatório e uma escolarização pouco acentuada a nível do ensino secundário. Estas marcas foram contrariadas pelas políticas educativas que conduziram a uma elevada oferta e procura do ensino superior, daí resultando também a melhoria das diferentes acessibilidades: física, social e cultural, que favoreceram a população estudantil e as suas famílias.

Quando fazemos um balanço da frequência escolar no subsistema de ensino superior podemos assim constatar, ao nível dos alunos, um aumento da população académica durante o terço final do século passado e que continuou a aumentar até ao início do atual, em resultado:

- do acréscimo das acessibilidades físicas, socioeconómicas e culturais resultantes do alargamento da rede de estabelecimentos de ensino superior, das condições de apoio social aos alunos e também da melhoria das condições de vida e dos níveis de instrução da população portuguesa;

- do “efeito de onda” decorrente do processo de democratização do ensino e do acréscimo da população escolar no ensino básico e secundário, que levou ao aumento da “esperança de vida” escolar e à matrícula seguinte no ensino superior;

- da existência de uma “reserva demográfica” considerável da população jovem decorrente dos valores de natalidade e da fecundidade feminina, ainda significativas, registados em anos anteriores.

Note-se que no conjunto dos subsistemas de ensino universitário e politécnico, este foi o que registou um acréscimo mais elevado de alunos passando de 59,6 milhares em 1995/96, para 110,0 milhares em 2010/11. O ensino superior universitário - 139,1 alunos na primeira data – viu a sua população aumentar para 183,8 neste último ano. Se analisados ao nível regional estes valores fariam realçar a importância das preferências regionais, sobretudo no ensino superior politécnico e a sua procura por um número considerável de alunos cujas condições de acessibilidade económica não permitia a deslocação para os centros mais afastados e, portanto, a sua mobilidade geográfica e social. Muitos deles estiveram envolvidos em programas de mobilidade académica, tendo acesso a cursos noutras academias europeias.

O balanço anterior levanta, mesmo assim, algumas questões quanto ao seu desenvolvimento interno e afirmação internacional. Diz-nos Azevedo (2007: 68) que “*o intercâmbio internacional de ideias e de informação educacional constitui a base legitimada que sustenta a organização do sistema educativo de cada país*”. Por isso recordamos que apesar das medidas tomadas relacionadas com a regulação, a certificação dos cursos, a qualidade, a avaliação institucional internacional e o aumento da investigação, importa que as instituições de ensino superior continuem a assumir a sua missão aprofundada dando resposta:

- às necessidades de formação dos RH (Recursos Humanos) a nível nacional e europeu, formação atenta e crítica em relação às aprendizagens, aos processos de ensino e ao envolvimento dos “atores” sociais, diretamente relacionados com as matérias lecionadas em cursos e em estágios de formação;

- aos interesses dos ativos dos diversos setores de atividade e às suas necessidades de formação inicial e ao longo da vida, agora facilitada pelo processo de creditação (ECTS), e demais mecanismos legais potenciadores da valorização das experiências e competências individuais;

- às necessidades dos serviços e das empresas sediadas no seu território próximo, partilhando os saberes e a inovação obtida através da investigação científica realizada nos seus laboratórios e centros de investigação;

- ao alargamento progressivo das áreas de influência institucional, hoje facultadas pela comunidade virtual, pela mobilidade humana e pela procura constante do saber por parte de diversas comunidades e grupos funcionais;

- à evolução do mercado de trabalho e à afirmação crescente da economia e do poder do conhecimento, como suportes ao crescimento económico das diferentes economias de mercado.

Estes são alguns dos aspetos a que importa atender tendo em conta os dados relacionados com o desempenho das instituições de ensino superior no seu conjunto e com a situação crescente de desemprego de diplomados e outros, em diversos setores de atividade. No entanto, indicadores de empregabilidade no estrangeiro indicam a preparação científica desta população em diferentes contextos académicos e laborais, facto que sugere a continuidade dos programas de investigação avançada e a internacionalização das redes de docência e de investigação no espaço europeu, nos países de língua portuguesa e noutros contextos internacionais.

Ao ensino superior, universidades e institutos politécnicos cabe, portanto, um papel de afirmação e de esperança reunindo à sua volta uma nova “corporação de alunos, de professores e de investigadores”, animados por projetos científicos e de liderança que saibam responder aos desafios de um mundo novo. Mundo, este, caracterizado por inúmeras assimetrias territoriais e sociais que demonstram quão efémeras são as promessas de crescimento, de desenvolvimento económico, de articulação territorial.

Tendo em conta a realidade portuguesa confirma-se como a situação presente está aquém do desenvolvimento "global, endógeno e integrado" proposto por Perroux (1987: 31) e que não tem conseguido facilitar a emergência de novas dinâmicas societais que estimulem a formação de um escol de quadros técnica, científica e culturalmente qualificados, capazes de responderem às necessidades do desenvolvimento regional.

O panorama atual, marcado por um grande empolamento da rede e por uma grande diversidade de cursos, não permitiu ainda:

- a "*elevação do nível educativo, cultural e científico do país*" e a atenuação dos "*efeitos discriminatórios decorrentes das desigualdades económicas e regionais*" (L.B.S.E.) existentes no território nacional;

- promover a modernização da sociedade portuguesa e a inovação do seu tecido empresarial.

Não obstante esta situação, os estabelecimentos já criados lutam pela consolidação dos seus "territórios de formação", pelo seu reforço como polos de atração de novos cursos e pelo desenvolvimento de serviços e de atividades produtivas. Contudo, as assimetrias

espaciais que há muito identificam o nosso território, a mobilidade da população e a ausência de investimentos produtivos, têm vindo a tornar-se impeditivas destes se tornarem centros dinamizadores de novas configurações territoriais e sociais, capazes de organizarem uma vasta área à sua volta e de se articularem com os territórios vizinhos.

Fora a faixa litoral dotada de melhores acessibilidades culturais, científicas, físicas e económicas, a maior parte do solo nacional sofre dos efeitos de despovoamento, fenómeno persistente e contínuo na nossa história e geografia. Servem de exemplo as regiões interiores, as áreas fronteiriças e outras bacias geográficas marcadas pela grande “descapitalização” de serviços, pessoas e capitais, e onde faltam recursos endógenos suficientes e próprios para vencerem o ciclo de despovoamento a que estão sujeitas.

Porque o sistema educativo se insere num contexto mais vasto em que o sistema demográfico assume - conjuntamente com o sistema político, o económico e o administrativo (D’Hainaut, 1980: 43) - um peso decisivo sobre as medidas de política educativa, interessam-nos os aspetos relacionados com o contexto determinado pela participação do homem, na perspetiva do seu “desenvolvimento humano” e na sua relação direta com as organizações educativas. Estes aspetos trazem novos desafios à organização académica, obrigando-a a uma maior abertura face ao contexto social envolvente e a uma maior interação com ele. Assim o define a capacidade de “homeostasia” dos sistemas sociais e naturais.

III. Temos presente a situação da ESTGL, unidade de ensino e formação integrada no Instituto Politécnico de Viseu (IPV), reconhecido pela nobreza da sua missão e desempenho, responsável pela dinamização do centro urbano de Viseu e do crescimento de atividades e serviços distintos nas terras vizinhas. À data da criação desta Escola, dizia o Presidente do Instituto:

“Lamego tinha uma Escola do Magistério que ficou desactivada como aconteceu em Viseu. Era preciso dotar essa região com um equipamento que substituísse o que lhe tinha sido retirado. Foi o que fizemos criando um pólo da Educação e preparando com objectividade a criação de uma instituição autónoma. Assim aconteceu embora não fosse exactamente o que desejávamos. Queríamos uma Escola Politécnica que abrangesse várias áreas científicas e não só uma Escola de Tecnologia e Gestão que, na sua essência, pode ser entendida numa perspectiva redutora inclusive geradora de conflitos com a Escola de Tecnologia e Gestão de Viseu. O que nós desejávamos para Lamego era uma Instituição com um perfil mais abrangente. Mas foi o que se conseguiu nas difíceis negociações com o Ministério. Competirá agora às entidades públicas e políticas desenvolver actividades compatíveis com as respectivas ambições locais.”

Um longo percurso marca a evolução do ensino superior nesta cidade, marcado pela estruturação da rede e dos cursos, onde se inclui a extinção da antiga ESE. Sobre a Escola Superior de Tecnologia e Gestão, a apresentação desta Escola refere:

“Criada pelo Decreto-Lei 264/99 de 14 Julho, a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego entrou em funcionamento no ano lectivo de 2000/2001, com os cursos de Gestão e Informática e Gestão Turística, Cultural e Patrimonial.

Em 2002-2003 entrou em funcionamento o curso de Engenharia Informática e Telecomunicações,

em 2004- 2005 os cursos de Contabilidade e Auditoria e Serviço Social,

em 2005-2006 os cursos de Informação Turística e de Secretariado de Administração, em 2007/2008 o curso de Serviço Social (Pós-laboral),

e em 2008/2009 o Curso de Contabilidade e Auditoria (Pós-laboral).

A Escola é uma unidade orgânica do Instituto Politécnico de Viseu dotada de autonomia Administrativa, Científica e Pedagógica. Vocacionada para a formação inicial, em domínios científicos que mais directamente possam intervir na actividade dos sectores económico-productivos da sua área de abrangência, as ofertas formativas na área do Turismo, Gestão, Contabilidade, Administração, Informática, Telecomunicações e Serviço Social, têm-se revelado apostas interessantes, não só para os cursos de regime diurno mas, cada vez mais, para os cursos que funcionam em regime pós-laboral e nocturno. A disponibilização destas formações em horários pós-laborais tem permitido captar novos públicos, o que constitui uma mais-valia na qualificação e requalificação de activos.

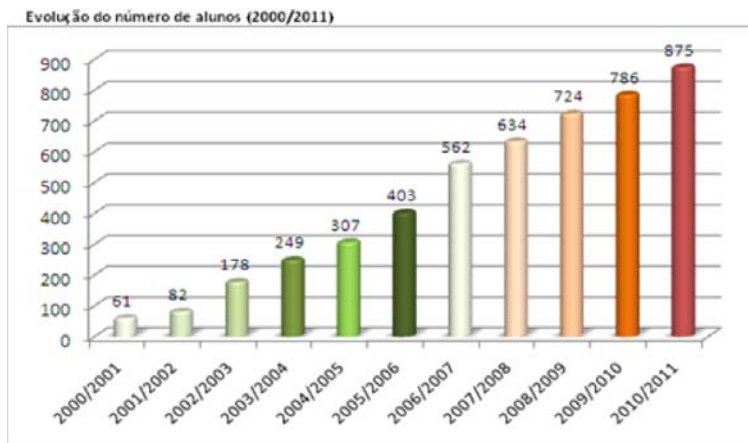
Também nesta vertente a oferta de pós-graduações tem constituído uma outra área de formação com crescente procura, especialmente para todos aqueles que visam melhorar as suas qualificações face às cada vez maiores exigências do mercado de trabalho.”

Na sua organização interna, os departamentos de:

- Ciências Sociais e Humanas,
- Gestão, Administração e Turismo,
- Informática, Comunicações e Ciências Fundamentais,

aglutinam os interesse docentes, os interesses de investigação, a abertura à comunidade, as relações com o exterior.

A evolução dos alunos ao longo das suas três décadas de existência e a oferta formativa desta Escola, confirmam como tem sido difícil trilhar o seu caminho.



Contudo, são reconhecidos os efeitos benéficos da sua atuação, como elemento da rede de estabelecimentos do IPV, nas áreas específicas de:

- formação de recursos humanos e de capital humano,
- diversidade de cursos e aprendizagens dos alunos,
- cooperação com empresas e serviços da região,
- iniciativas relacionadas com a formação permanente e ao longo da vida,
- incentivo à escolarização de índole superior,
- práticas distintas dos seus docentes e reputação dos seus cursos.

Outras notas podem ainda referir-se à melhoria da acessibilidade económica promovida pelo IPV, atraindo alunos da área do antigo distrito de Viseu, através quer do alargamento da sua rede formativa quer ainda da prestação de apoios concedidos à população escolar por meio dos serviços de ação social. Daqui decorre o alargamento progressivo da área de influência e de recrutamento da população escolar aos territórios vizinhos, servidos por redes de comunicação e de transporte que desembocam neste centro regional, antiga capital da Beira Alta, e núcleo histórico e de importância regional reconhecida ao longo do tempo.

Com o alastrar da rede a Lamego, confirmou-se a tradição secular desta cidade relacionada com o poder administrativo de natureza religiosa, consubstanciada na sua Diocese. Mais ainda, veio dar resposta aos anseios dos Lamecenses quanto à diversificação da sua oferta formativa, durante décadas assegurada pelo Seminário e Escola de Magistério Primário.

Refletir sobre esta nova realidade ou seja, apreciar as condições de sobrevivência da ESTGL aqui e agora, obriga a um esforço comum para o qual peço a colaboração de V. Exas:

- Reconhecemos o contributo local e regional que a ESTGL deu a Lamego e aos municípios vizinhos na formação de diplomados e o seu contributo na melhoria das

habilitações profissionais de docentes de vários níveis de ensino através de cursos de formação inicial e de formação contínua,

- Reconhecemos as dificuldades que se levantam ao exercício de funções docentes em áreas de formação mais recentes, em estabelecimentos que lutam contra a falta de docentes e de alunos, na lecionação de disciplinas recentemente introduzidas no léxico dos nossos programas de ensino e em condições de acessibilidade humana e científica, com outros docentes do mesmo Instituto e de outras escolas, pouco benéficas,

- Sabemos ainda como o isolamento se presta ao desânimo, como este interfere no desempenho e como este se repercute nos resultados dos alunos, na dinamização de projetos que envolvam a comunidade, no reconhecimento da natureza e qualidade do projeto de uma Escola.

Contudo, porque conhecemos as condições atuais de funcionamento da rede do “sistema binário”, importa que tenhamos em atenção as condições locais e regionais, que não sendo de todo em todo aproveitadas, podem continuar a alimentar uma escola de média dimensão, orientada para cursos em que a componente *Turismo, Gestão, Contabilidade, Administração, Informática, Telecomunicações e Serviço Social* sejam relevantes. Outras valências podem ser associadas em modelos híbridos de formação presencial e/ou de carácter sazonal, contribuindo assim para que o capital acumulado ao longo de mais de duas décadas de funcionamento, não se venha a perder, nem tão pouco a influência do IPV se venha a reduzir.

A este respeito evocamos a posição de charneira desta Escola, entre a Região Norte - NUTIII – Douro, onde se situa, e a Região Centro à qual pertence a sede mãe do Instituto. De acordo com um documento síntese da CCDRN – iniciativa NORTE 2020², pretende-se nesta área:

- “i) *promover espaços policêntricos de auscultação e debate;*
- ii) *estabelecer procedimentos de estudo e de observação da coesão económica, social e territorial, bem como dos impactos regionais do processo de globalização económica,*
- iii) *definir prioridades e vetores de desenvolvimento que permitam aumentar significativamente a coesão intra-regional e nacional,*
- iv) *gerar consensos alargados sobre as questões decisivas para o desenvolvimento da região Norte.”*

A esta situação, potenciadora do estabelecimento de sinergias com esta Escola, acrescentamos os efeitos regionais das mudanças do contexto nacional e internacional essencialmente marcadas por:

- uma redução da procura, pela “mão da demografia”, que tem vindo a atenuar a procura social da educação no subsistema de ensino superior, nomeadamente no ensino politécnico;

² CCDRN – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte (2013). *Norte 2020: diagnóstico prospetivo da Região Norte 2014-2020*. Porto: CCDRN.

- uma reforma profunda decorrente do “processo de Bolonha”, com a criação de três ciclos distintos de formação terciária, e a prevalência da formação graduada do 1º ciclo no ensino superior politécnico;

- a situação de “dependência externa” em que Portugal se encontra, levando a uma redução substantiva do financiamento do ensino superior;

- um agravamento do mercado de emprego e das condições socioeconómicas e de vida, o que acelera o abandono escolar ou a escolha de outras alternativas de formação fora do sistema binário.

As condições atuais marcadas pela redução dos efectivos do ensino superior, quebra dos custos de funcionamento das instituições de natureza terciária e a evidente reestruturação da rede de ensino superior politécnico, podem limitar a ação desta Escola - ESTGL. Tal situação abona a favor de um trabalho continuado a desenvolver pelo IPV no seu todo, e por esta escola em particular, com os demais atores regionais e locais no sentido de valorizar, através da formação e investigação, os “clusters” locais relacionados com as atividades económica e culturais, os serviços e o património geográfico e cultural.

Neste esforço cabe a ponderação acerca das áreas de lecionação, e o repensar o ciclo de evolução das organizações académicas no seu todo, sobretudo em condições de deterioração do seu ambiente externo. Em nosso entender, pode fazer sentido:

- promover uma reflexão alargada sobre a matriz organizacional da Escola, a sua organização e funcionamento,

- desenvolver um projeto de Qualidade comum, participado e partilhado com os atores mais diretamente envolvidos nas ações da Escola,

- intensificar a sua articulação em rede com outras escolas do IPV, promovendo as sinergias possíveis de colaboração académica, científica e de serviços comuns à comunidade;

- reforçar do projeto identitário da Escola, na sua ligação ao Douro, às suas instituições, ao seu património e suas gentes;

- alargar a rede de cooperação com outras instituições de ensino, nacionais e estrangeiras, promovendo com elas programas concertados de mobilidade de docentes e alunos;

- manter o apoio da comunidade intermunicipal e da região onde se insere, nomeadamente no que se refere à cooperação institucional e desenvolvimento de projetos de investigação.

Dadas as tendências do nosso sistema demográfico e socioeconómico, entendemos que só uma conceção humanista e holística da nossa sociedade pode permitir um entendimento mais abrangente quanto aos desafios que se colocam ao desenvolvimento do nosso sistema educativo e à sua afirmação e sobrevivência no atual processo de globalização. Para tanto é

necessário analisar devidamente as possibilidades, a existência e a essência da educação, o projeto social das suas organizações académicas e as tendências e devir da nossa sociedade.

O conjunto destas reflexões, produzidas em dia festivo de arranque de mais um ano académico, não pode deixar de acentuar um rasto de esperança e de confiança nos lamecenses de origem e de coração – alunos, docentes e funcionários da ESTGL – no sentido de firmarem com as suas convicções e desempenho, a natureza e projeto desta Escola. Tal justifica-se em sintonia com a missão do IPV, contribuindo assim para o papel dinamizador do crescimento da região beirão e do vale do Douro que a limita.

Como em tempo assinalou Delors (1996, 11) sobre a educação no século XXI, “*a educação surge como um trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social*”. Mais ainda, (*loc. cit.*), “*as políticas educativas um processo permanente de enriquecimento dos conhecimentos, do saber fazer, mas também e talvez em primeiro lugar, como uma via privilegiada de construção da própria pessoa, das relações entre indivíduos, grupos e nações*”, as “*instituições de ensino superior estão extraordinariamente bem colocadas para, explorando o fenómeno da mundialização, sanarem o ‘défice de conhecimentos’ e enriquecerem o diálogo entre povos e entre culturas*” (Delors, 1996: 124).

Face à evolução do nosso país e sociedade importa ter bem presente que “quando prosseguimos a vitória, o fracasso deixa de ser opção”.

Tenho dito!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arroteia, Jorge (1996). *Ensino superior em Portugal*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Arroteia, Jorge (2002). *O ensino superior politécnico em Portugal*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Arroteia, Jorge (2008). *Educação e desenvolvimento: fundamentos e conceitos*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Azevedo, Joaquim (2007). *Sistema Educativo Mundial. Ensaio Sobre a Regulação Transnacional da Educação*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.
- Azevedo, Joaquim (2011). *Sistema educativo mundial: ensaio sobre a regulação transnacional da educação*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.
- D' Hainaut, Louis (1980). *Educação - Dos Fins aos Objectivos*. Coimbra: Edições Almedina.
- Delors, Jacques (1996). *Educação, um tesouro a descobrir*. Porto: ASA.
- Perroux, François (1987). *Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Simão, J. V., Santos, S. M., Costa, A. A. (2005). *Ambição para a excelência: a oportunidade de Bolonha*. Lisboa: Gradiva.